

## Comentário do Gestor

Agosto teve valorização dos ativos de risco, impulsionada por um relatório de emprego americano mais fraco, que trouxe de volta à mesa a precificação, por agentes de mercado, de mais cortes de juros. Além disso, os discursos recentes de Powell menos duros e a demissão de Lisa Cook por Trump, membro *hawkish* do comitê, adicionaram pressão de fechamento à ponta curta da curva de juros americana, contribuindo para o empinamento da curva, por menor credibilidade da política monetária e piora das expectativas de inflação. Esse fenômeno, observado em vários países desenvolvidos, com curvas de 30 anos nas máximas recentes, não foi uma idiosincrasia americana e ocorreu pelos mais variados motivos, alguns deles congruentes. Um deles foi o risco fiscal crescente - seja na França, no Reino Unido ou nos EUA - que pressionou os juros longos, levando as taxas de juros dos países desenvolvidos às máximas, impactando negativamente o desempenho das ações de empresas *techs*. Em linha com os fatores acima citados e com o aumento das tensões geopolíticas recentes, o ouro avançou 4,8% no mês.

A curva americana de juros fechou, devolvendo movimento do mês anterior, mas empinou, pelos motivos já mencionados. A US Treasury de dois anos fechou 34 pontos-base (pbs), terminando o mês a 3,62%, enquanto a de dez anos, em menor intensidade, fechou 15 pbs, a 4,23%. No mercado de renda-fixa internacional, os spreads fecharam: o CDS brasileiro fechou 13 pbs, indo para 137 pbs, com fechamento de mesma intensidade que o CDS mexicano (13 pbs), para 96 pbs. Já o *spread* dos títulos americanos de alto rendimento (*US High Yield*), fechou 2 pbs, para 321 pbs. O DXY (Dólar Index - cesta de moedas contra o dólar americano) recuou 2,2% no mês, em linha com valorização de 2,4% do euro. Entre as moedas emergentes, o real avançou 3,0% e peso mexicano 1,2%.

Nos mercados acionários internacionais, o índice S&P 500 avançou 1,9%, Dow Jones 3,2% e Nasdaq 1,6%, enquanto EuroStoxx subiu 0,6%. O índice de volatilidade do S&P 500 (VIX) recuou de 16,72 em julho para 15,36 em agosto. No Brasil, Ibovespa avançou 6,3%, outperformando seus pares e devolvendo a desvalorização mais intensa do mês anterior.

Nos Estados Unidos, após saída da Adriana Kugler, por decisão própria, e demissão, por Trump, da responsável pelos dados de emprego após número de *Payrolls* aquém do esperado, o Executivo dobrou a aposta na heterodoxia. Após coação, efetuou a aquisição de 10% na Intel e, por gesto unilateral, demitiu Lisa Cook do *board* do Fed, por potenciais fraudes em empréstimos hipotecários anteriores à posse dela no Fed. Essas medidas intensificaram a desvalorização do dólar e o empinamento da curva de juros, seja pela pressão maior para cortar o juro mais do que o

necessário, como também pelo não-endereçamento da questão fiscal americana – hoje um dos temas mais presentes no mercado, principalmente após o *Big Beautiful Bill Act*. Além desses fatores, as tarifas, potencialmente inflacionárias, vêm sendo discutidas em tribunais, mas provavelmente serão mantidas em decisão final do Supremo americano.

Sobre política monetária, as apostas para novo presidente do Fed passaram dos 3 nomes anteriormente citados para mais de dez, em linha com a necessidade de surpresas midiáticas recorrentes de Trump. Nesta corrida, todos candidatos vêm dando declarações públicas bem *dovish* sobre política monetária, em tentativa de agradar o futuro empregador. Após dados fracos sobre mercado de trabalho, que já vinha em distensionamento, os dados de inflação - cada vez menos no enfoque do FOMC de mandato dual - continuam em níveis semelhantes aos do mês passado. Importante citar que, mesmo após inflações ao consumidor estarem mais ancoradas, ainda que acima da meta, o PPI registrou alta surpreendente, o que pode indicar que os produtores americanos estejam represando repasses de preços ao consumidor final. Em relação à atividade, os números não sentiram impacto do novo arcabouço econômico implementado, com desaceleração seguindo comedida.

No âmbito internacional/geopolítico, os grandes acontecimentos foram: o encontro entre Trump e Putin, sem definição sobre Guerra da Ucrânia, e política tarifária americana perdendo ímpeto, sem grandes novidades durante agosto. Após Índia e Brasil terem sido punidos com as maiores taxas de importação, mesmo sendo países historicamente aliados aos EUA, abrem-se portas para odschineses conquistarem alianças que antes orbitavam no eixo americano. Na seara econômica, China pode ganhar cada vez mais mercados e exportar excedente que não será consumido nos EUA para seus aliados, com potencial efeito desinflacionário.

Após explosão dos juros japoneses no ano passado afetarem ativos de risco pelo globo, foi a vez do tema ressurgir no Velho Mundo: França, Alemanha e Reino Unido tiveram desvalorização intensa em seus *bonds* soberanos longos, movimento também observado nos títulos japoneses e americanos, todos conectados com o não-endereçamento da questão fiscal. Na França, um governo centrista, emparedado por esquerda e direita populistas, não consegue aprovar um orçamento e políticas fiscalmente ortodoxas. Na Alemanha, pacote fiscal em infraestrutura e defesa pode pressionar contas. No Reino Unido, Rachel Reeves, chanceler do Tesouro britânico, convive com buracos no orçamento cada vez maiores, sem perspectiva de melhora, mesmo após promessa de orçamento enxuto.

No Brasil, começou o julgamento da trama golpista no STF e os temores de novas sanções americanas se intensificam. Além disso, Tarcísio de Freitas assume a dianteira da oposição, agradando tanto partidos mais pragmáticos, como União Brasil e PP - que desejam indicar seu vice e devolver dois ministérios ao Executivo – quanto alas mais extremistas, ao prometer anistia ampla, geral e irrestrita, contra o estado democrático de direito. Esse desembarque de alguns do Centrão pode dificultar pautas favoráveis ao Governo, como aprovação da isenção de IR até R\$ 5 mil, mas também contribuir fiscalmente ao podar asas de políticas gastadoras por parte do Executivo.

Potenciais medidas adicionais americanas podem prejudicar déficit em conta corrente e investimento direto estrangeiro, que vêm em piora marginal. Já os números fiscais, apesar de ainda ruins, continuam a surpreender positivamente as expectativas dos analistas. Em 2026, o Governo talvez consiga apresentar um resultado fiscal não negativo. Ventos positivos externos - com potencial queda antecipada de juros pelo Fed, números de inflação melhores (IPCA abaixo do consenso) e forte retração nas vendas no varejo – fizeram o mercado precificar cortes de juros já em 2025, cenário que não era aventado no mês anterior.

### **Desempenho do fundo**

O fundo teve rentabilidade de 1,51% no mês, ante CDI de 1,16%, com as maiores contribuições positivas para performance do fundo Master sendo as estratégias de Bonds Corporativos (1,00%), Bonds Soberanos (0,78%) e Caixa/Equivalentes de Caixa (0,29%). Nos últimos 12 meses, a cota do fundo valorizou 13,34%, contra um CDI de 12,87%, equivalente 104% do CDI ou CDI+0,42%. A volatilidade para esse mesmo período foi de 2,73%. O fundo está com sua *duration* consolidada em 4,7 anos e uma carteira de *bonds* com *yield* de 7,10% em dólares. As maiores posições do fundo Master são: Brasil (soberano), Ecopetrol (corporativo), Codelco (corporativo), CSN (corporativo) e 3R (corporativo).

**OBJETIVO DO FUNDO**

O fundo Octante II FIF CIC CP prevê a aplicação de no mínimo 95% do seu PL nas cotas do Octante Master FIF Crédito Privado, que tem como objetivo rendimentos superiores ao CDI no longo prazo, através de investimentos em *bonds* corporativos e soberanos da América Latina, concentrado em Brasil, com proteção cambial.

**PÚBLICO ALVO**

O fundo se destina a receber, exclusivamente, aplicações de investidores qualificados.

**HISTÓRICO DE RENTABILIDADE**

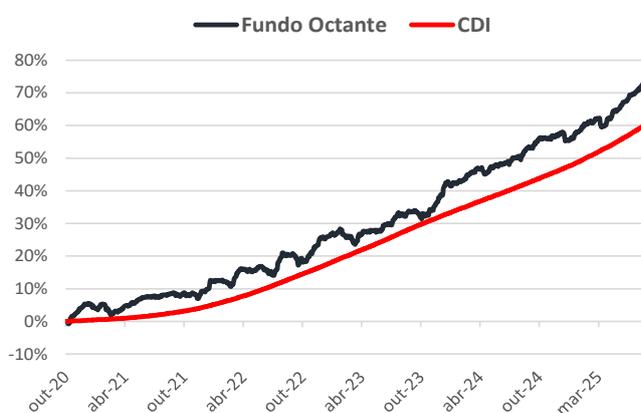
Retornos mensais	Fundo	CDI	%CDI
Desde o início	73,95%	60,88%	121%
Últimos 12 meses	13,80%	12,87%	107%
ago-25	1,54%	1,16%	133%
jul-25	1,78%	1,28%	139%
jun-25	1,99%	1,10%	181%
mai-25	1,82%	1,14%	160%
abr-25	0,16%	1,06%	15%
mar-25	0,67%	0,96%	70%
fev-25	1,57%	0,99%	159%
jan-25	2,09%	1,01%	207%
dez-24	-1,06%	0,93%	-
nov-24	0,80%	0,79%	101%
out-24	0,02%	0,93%	2%
set-24	1,68%	0,83%	202%

Retornos anuais	Fundo	CDI	%CDI
2025	12,20%	9,02%	135%
2024	9,29%	10,87%	85%
2023	13,78%	13,05%	106%
2022	14,54%	12,37%	118%
2021	4,76%	4,40%	108%
2020*	5,54%	0,36%	1542%

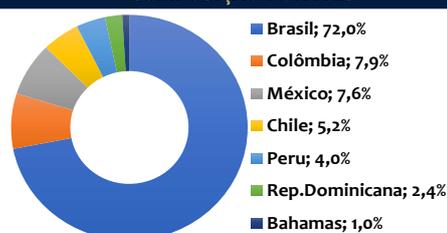
\*desde 22/10/2020

**ESTATÍSTICAS DO FUNDO**

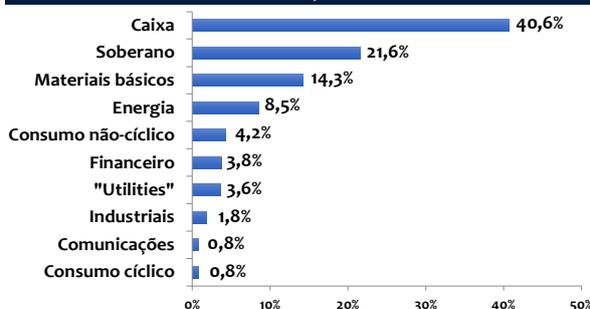
% de Meses de Retorno Positivo	74,6%
% de Meses de Retorno Negativo	25,4%
Volatilidade no Mês (Anualizada)	1,77%
Volatilidade 12 Meses (Anualizada)	2,64%
Índice Sharpe 12 meses	0,36
Valor da Cota em 29 de Agosto de 2025	7.656,18
PL em 29 de Agosto de 2025	69.107.202
PL Médio (12 meses)	65.162.332
PL do Master em 29 de Agosto de 2025	131.642.823
Yield da Carteira de Bonds em USD	7,10%
Duration Média Consolidada	4,69 anos

**RENTABILIDADE HISTÓRICA**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Investimento Mínimo	R\$ 250.000,00
Movimentação Mínima	R\$ 1.000,00
Taxa de Administração	1,00% ao ano
Taxa de Performance	20% do que exceder 100% do CDI
Classificação Anbima	Multimercados Investimento no Exterior
Horário limite para aplicação	14:00 horas
Cota do Resgate	D+28 dias corridos
Pagamento do Resgate	D+2 da cotização
Banco	Itaú Unibanco (341)
Agência	8541
Conta	45546-8
CNPJ	35.727.113/0001-78
Favorecido	Octante Master FIF Crédito Privado
Gestor	Octante Gestão de Recursos Ltda
Administrador	INTRAG
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	PWC
ISIN	BR05L4CTF000

**COMPOSIÇÃO POR PAÍS**


Composição por país da carteira de bonds

**COMPOSIÇÃO SETORIAL**


As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de crédito - FGC. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e a rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.